

**PROJETO DE LEI Nº      DE 2004.**  
**(Do Sr. Carlos Nader)**

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de vigilantes nas casas lotéricas, correspondentes bancários e bancos postais.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – É obrigatório em todo o Território Nacional, o serviço permanente de vigilância nas casas lotéricas, correspondentes bancários conveniados com a Caixa Econômica Federal e nos bancos postais conveniados com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 2º – O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e a empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, os seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos permitindo sua perseguição, identificação ou captura;

Art. 3º – A fiscalização do disposto nesta Lei, é competência do Ministério da Justiça.

Art. 4º – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 7.102/83, e demais legislação pertinente.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90(noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

### **JUSTIFICATIVA**

O projeto de lei que submeto para apreciação de Vossas Excelências, tem por objetivo oferecer segurança para usuários e funcionários das casas lotéricas e bancos postais, que atualmente passaram a ser o novo alvo dos bandidos devido a facilidade que tem hoje para assaltar estes estabelecimentos.

Acrescenta-se o fato que tanto as casas lotéricas, quanto os bancos postais desempenham funções típicas de instituições financeiras, com o recebimento de tarifas públicas como a água, luz, telefone, pagamento de serviços sociais, saques, depósitos em conta corrente, poupança e aplicações financeiras, entre outros volumes de recursos movimentados por estes estabelecimentos, faz aumentar consideravelmente o risco de vida para quem utiliza os serviços destes estabelecimentos.

De janeiro a julho de 2003, as lotéricas movimentaram 387,8 milhões em operações bancárias, recursos que atraíram a cobiça de ladrões, e puseram em risco a vida de milhares de pessoas. E foram guardados ou transportados de maneira totalmente inadequada, burlando a lei 7.102/83, que proíbe o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro sem o sistema de segurança aprovado pelo Ministério da Justiça.

A atualização da legislação faz-se necessária, diante do aumento da criminalidade.

Diante do exposto solicito o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, em            de            de 2004.

**Deputado Carlos Nader**  
**PFL-RJ**